



Vigilantes de Rondônia rejeitam por unanimidade proposta patronal. Greve não está descartada



Em assembleia, trabalhadores rejeitaram proposta

A Assembleia Geral ocorreu na manhã desta quarta-feira (15), no auditório da Sede administrativa do SINTESV/RO, na Capital, que ficou lotada por trabalhadores, dentro e fora do sindicato. Por unanimidade os trabalhadores rejeitaram a contraproposta das empresas relativa a Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018. As rodadas de negociações vêm acontecendo desde o início da data base que é 01 de março. Porém, a Pauta de Reivindicações foi definida e encaminhada às empresas ainda em dezembro de 2016.

Após duas tentativas de mediação na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, a direção do Sindicato dos Vigilantes

do Estado de Rondônia decidiu levar ao conhecimento dos trabalhadores a intenção dos patrões, que recebeu a negativa instantânea dos trabalhadores.

As duas cláusulas principais que emperram o fechamento da Convenção são: correção salarial da inflação mais 1% de ganho real, algo que nunca aconteceu antes, desde que a atual diretoria assumiu. Segundo o presidente do SINTESV/RO, Paulo Tico, o baixo índice de reivindicação dos trabalhadores é devido a crise reclamada pelas empresas e que é visível na situação do País. Mesmo assim, as empresas relutam em não corrigir o índice da inflação que é o mínimo, para que o ganho do trabalhador não fique tão defasado.

Segundo Paulo Tico, uma paralisação ou mesmo uma greve não estão descartadas, o que seria muito prejudicial, tanto para as empresas, quanto para a população que já sofre com a falta de segurança, principalmente usuários dos serviços bancários. A direção do sindicato está de sobreaviso aguardando uma resposta das empresas que estão reunidas decidindo sobre a questão.

Fonte: Sintesv-RO

Sindivigilantes do Sul garante com GHC pagamento das rescisões dos vigilantes da Oriental



Reunião no GHC contou com representantes do sindicato e dos vigilantes demitidos

Em 25 dias, no máximo, os vigilantes da Oriental no posto do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) vão receber o pagamento relativo às suas rescisões de trabalho, mediante uma ação judicial de cobrança do Sindivigilantes. Isso é o que ficou combinado numa reunião, na tarde desta terça-feira (14), dos diretores Luis Paulo Motta, Mariza Abrão e o assessor jurídico Patrick Schroeder com os fiscais do contrato, que representaram o GHC. Também participaram quatro vigilantes, que relataram as grandes dificuldades que estão passando.

Eles foram demitidos com o encerramento do contrato da Oriental, no início de fevereiro, e ainda não receberam nada. O fiscal Paulo Ravara garantiu que o interesse do GHC é fazer logo o pagamento aos trabalhadores. O valor das rescisões está depositado numa conta vinculada em nome da Oriental, mas ela só pode movimentar esse dinheiro com autorização do GHC. Prevendo que a empresa pode dar o calote nos trabalhadores, o hospital decidiu que só vai liberar a verba com a garantia de que vai direto

para o bolso dos vigilantes.

Por isso, ficou acertado, de comum acordo, que o sindicato vai ingressar com a ação judicial na Justiça do Trabalho e pedido de liminar (decisão imediata), para que o valor retido seja liberado expressamente para o pagamento dos vigilantes, que são 26, no total. Isso deve ocorrer no prazo de 25 dias. “Temos recebido muitas ligações pedindo uma solução, e nós queremos que esse pagamento aconteça logo”, disse o representante do GHC.

Os vigilantes têm a promessa de serem contratados pela empresa que assumirá o posto do GHC, quando a licitação definir a nova responsável pelo serviço. Por enquanto, a Mobra está realizando a vigilância do grupo hospitalar, por meio de contrato emergencial. “Os vigilantes fiquem tranquilos que o dinheiro deles da rescisão está garantido, o sindicato está fazendo tudo que é necessário por meio do departamento jurídico”, disse Motta, vice-presidente eleito do sindicato.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Voz das ruas inviabiliza continuidade das Reformas

Em todo o país, mais de um milhão de pessoas se manifestaram contra as propostas do governo golpista de Michel Temer



O 15 de março de 2017 é um dia histórico na luta contra os golpistas que tomaram de assalto o poder no Brasil. Ao todo, durante as ações do Dia Nacional de Paralisação nos 27 estados da União, mais de um milhão de pessoas foram às ruas protestar contra as reformas da Previdência e Trabalhistas que foram impostas por Michel Temer, presidente ilegítimo do Brasil.

No grande ato que encerrou o Dia Nacional de Paralisação, em São Paulo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou e criticou o atual governo. “Embora seja fraco e sem nenhuma representatividade, o Temer conseguiu colocar dentro do Congresso uma força política que quase nenhum presidente eleito conseguiu e está predestinado a tentar impor uma reforma da aposentadoria que vai

Vigilantes de todo o país também saíram às ruas para protestar contra as reformas. Veja fotos.



praticamente impedir milhões de brasileiros consigam se aposentar e vai fazer com que os trabalhadores mais pobres, sobretudo os rurais do Nordeste, passem a receber metade de um mínimo, sem saber o que representam para a economia das cidades deste país”, afirmou.

Para Lula, “o problema da aposentadoria não é dinheiro. Gostaria que o Meirelles e o Temer estivessem ouvindo para saber que um dia resolvemos isso com política de geração de renda que proporcionou crescimento inédito de receitas, entre 2008 e 2014, de 54%, com queda de desemprego e da informalidade.”

Com golpista, não se negocia

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, reforçou a importância das manifestações realizadas no país. “Nós temos tido várias datas históricas na luta da resistência do povo trabalhador. Hoje foi um dia extraordinário, com muita adesão e deixa claro que o povo é contra a Reforma da Previdência e Trabalhista.”

Para Freitas, a manifestação prova que não é possível que o governo insista na tramitação dos projetos. “Nós não vamos negociar migalhas com o Temer, não vamos negociar migalhas com golpista. O Temer tem que retirar do Congresso a Reforma da Previdência. Se ele não retirar, nós vamos organizar a maior greve geral que este país já viu.”

Fonte: CUT



MARANHÃO



ALAGOAS



GOIÁS - RIO VERDE



RIO GRANDE DO NORTE



BAHIA



RIO GRANDE DO NORTE

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF